
FERNANDO PESSOA E A LUSOFONIA A HAVER

Fernando Alves Cristóvão
Universidade Clássica de Lisboa

O pensamento de Fernando Pessoa, com ser multifacetado, contraditório e utópico é, precisamente por isso, muito estimulante em qualquer das direções que for percorrido. Uma delas, que nos parece verdadeiramente profética em relação às modernas idéias da lusofonia é, sem dúvida, a do seu entendimento "da nossa clara língua majestosa" em sua unidade e diversidade cultural, política e geográfica.

Pessoa exalta a língua portuguesa não só pela sua capacidade de comunicação e simbolização, mas por ser prática de várias nações e elemento constitutivo de um império espiritual e cultural - o Quinto Império -, predestinado para ser espaço e tempo de sabedoria, ciência, saber místico e religioso, visto nela confluírem o que chamou de "lado esquerdo da sabedoria - ou seja, a ciência, o raciocínio, a especulação espiritual" e o seu lado direito, "ou seja, o conhecimento oculto, a intuição, a especulação mística e cabalística"(S.125 A-33, p.146).¹

É no *Livro do desassossego* que esta idéia primeira é formulada em termos teóricos. Nessa obra que Pessoa projetou ainda antes de 1913,

anterior, portanto, ao lançamento de *Orpheu*, cuja elaboração o acompanhou a vida inteira sem nunca a dar por concluída, pois só foi publicada postumamente e com caráter fragmentário dos elementos para a sua composição, afirma o mais que heterônimo Bernardo Soares: "Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa."²

A afirmação encontra-se num fragmento não datado, provavelmente de 1931, segundo Jacinto do Pardo Coelho e sem colaboradores, e vem num conjunto de observações sobre a palavra, o "palavrar" (sinônimo mais expressivo de "dizer"), a sintaxe e a ortografia. Pela simples força dessa mesma expressão fica desde logo afirmado que as fronteiras da língua portuguesa não são as geográficas e políticas lusitanas, e que, paralelamente à cidadania correspondente ao estado político e social, existe uma outra, cultural e universal.

Tão ampla concepção do âmbito de uma língua não é, no pensamento pessoano, afirmação hiperbólica de exaltação patriótica e mítica, mas entendimento independente de outras idéias-forças que caracterizam o ideário do poeta. Está, naturalmente, congenitamente ligada à idéia do Quinto Império que o poeta entende de maneira diferente de Vieira, referência obrigatória e contrastiva do tema.

Na *Mensagem*, na terceira parte, o poema segundo, intitulado precisamente "O Quinto Império" termina com estas duas quadras:

E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro que no atro
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Cristandade,
Europa - os quatro se vão
Para onde vae toda a idade.
Quem vem viver a verdade
Que morreu D. Sebastião?

E é o próprio Pessoa que em 1934, no prefácio à obra de Augusto Ferreira Gomes, intitulada *O Quinto Império*³, explica a cronologia dos impérios que é assim interpretada pelo profeta Daniel explicando o sonho

de Nabucodonosor: primeiro o da Babilônia, depois o Medo-Persa, seguindo-se-lhes os da Grécia e de Roma. Como se trata de impérios "materiais", o quinto império pode justamente ser interpretado como o inglês.

A esta cronologia contrapões a sua em que ao império português cabe a honra de ser o Quinto, por vir na ordem de uma sucessão não de impérios materiais mas espirituais. Com efeito, o império português sendo espiritual, em vez de partir, como naquela tradição, do império material de Babilônia, parte antes, com a civilização em que vivemos, do império espiritual da Grécia, origem do que espiritualmente somos. E sendo esse o primeiro império, o segundo é o de Roma, o terceiro o da Cristandade e o quarto o da Europa - isto é, da Europa laica depois da Renascença. Aqui o Quinto Império terá que ser outro que o inglês, porque terá que ser de outra ordem. Nós o atribuímos a Portugal, para quem o esperamos. (S., p.247)

Esta é, no entanto, uma visão original, diferente da de Vieira, referência obrigatória do tema. Para Vieira, a soberania imperial compreendia um imperador português que realizasse o triunfo do Catolicismo pela ação conjunta da Igreja e da Monarquia Universal para "converter e reformar o Mundo, florescendo mais do que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs."⁴

O Quinto Império de Pessoa é, simultaneamente, espiritual e temporal, quer ter fronteiras mais amplas que as da crença e da virtude, pois lhe parece estreita a universalidade do Catolicismo. Por isso preconiza a criação de um neopaganismo português de ambições desmedidas, porque esse futuro é sermos tudo. Quem, que seja português, pode viver a estreiteza de uma só personalidade, de uma só nação, de uma só fé? Que português verdadeiro pode, por exemplo, viver a estreiteza estéril do Cristianismo, quando fora dele há que viver todos os protestantismos, todos os credos orientais, todos os paganismos mortos e vivos, fundindo-se superiormente na paganismo superior?"(S.,p.45)⁵

É neste contexto de dominação imperial, espiritual, que Pessoa situa o papel a desempenhar pela língua portuguesa como constituinte essencial desse império, antecipando as modernas concepções da lusofonia. Assim, ao identificar as traves mestras que estruturam esse

edifício imperial, aponta como “condições imediatas do império da cultura” as seguintes:

“(1) Uma língua apta para isso, isto é;

- (a) rica;
- (b) gramaticalmente completa;
- (c) fortemente nacional.

(2) O aparecimento de homens de génio literário escrevendo nessa língua e ilustrando-a:

- (a) de génio universal e [...] dentro da humanidade;
- (b) de génio de perfeição lingüística;
- (c) [na ocorrência de outros fatores culturais para o conteúdo dessas obras de génio].

(3) A base material imperial para se poder expandir (ainda mais) essa língua e impô-la. (Imposição material):

- (a) número de gente falando-a inicialmente;
- (b) extensão da situação geográfica;
- (c) conquista e ocupação perfeita [?].” (§.55, L.59-60, p.29)

A estas “condições” juntamos outras que insistem nos aspectos histórico-culturais que acreditam a nossa língua como “capacidade imperial”. Em semelhante programa e síntese, avultam para a perspectiva aqui em apreço, alguns tópicos que, sendo estruturais na constituição do Quinto Império, também o são na edificação moderna da lusofonia, tais como:

- a) a capacidade da língua portuguesa, pela sua riqueza e plasticidade, servir de pátria comum adentro das nações que formam o Quinto Império;
- b) a existência de um patrimônio lusófono, lingüístico e cultural, capaz de se impor no mundo da cultura e da ciência;
- c) a capacidade institucional e sócio-política da nossa língua se propagar e impor no estrangeiro;
- d) o número considerável de falantes do português, segundo padrões internacionais;

e) a existência de uma geografia lingüística correspondente à de um império.

Quando consideramos a extraordinária coincidência deste feixe de características, observado por Pessoa para que o português possa se língua imperial, com as das modernas constatações do português como língua mãe e instrumento da lusofonia, ficamos surpreendidos pela convergência dos pontos de vista.

Esclarecemos, pois, qual o âmbito do que entendemos hoje por lusofonia, termo formado, analogicamente, a partir de francofonia. Por "lusofonia" se querem significar duas realidades interdependentes e solidárias: um sistema de comunicação lingüística e cultural centrado na língua portuguesa, em que cabem diversas normas ou variedades geográficas e sociais, integrando Portugal, Brasil, as antigas cinco colônias portuguesas de África, os vestígios de antigos territórios lusitanos na Índia, China e Malásia, bem como as comunidades migrantes lusófonas, onde quer que se encontrem; e também uma visão do mundo, de acentuado teor humanístico, já definida aproximadamente, em termos antropológicos por Gilberto Freyre, ao caracterizar o luso-tropicalismo, diferente de outras mundividências como a dos francófonos, anglófonos, etc., nos termos em que é possível considerar amplas manchas lingüístico-culturais como portadoras de características comuns.

Foi um geógrafo francês, Onésime Reclus⁶ que, no início deste século, inventou a palavra "francophonie" para designar os países que têm o francês como língua materna ou de comunicação, e foi a França o primeiro país que, a partir da constatação de que o vínculo lingüístico possibilitava mais amplo e eficaz diálogo e cooperação que os vínculos religioso, político, econômico, ideológico, histórico, jurídico ou outros, organizou as diversas iniciativas dos países francófonos, como de interesse comum, sobretudo no âmbito internacional.⁷

É que tal vínculo possibilita o mais amplo diálogo entre diversos sistemas políticos, culturais e religiosos, e a maior unidade possível, pois a língua tudo pode veicular, sem se identificar com nenhum dos conteúdos que transmite.

Só a partir do princípio da década de 60 é que se criaram as primeiras organizações internacionais francófonas, e a francofonia passou

a ter audiência internacional, por ação de Léopold Senghor, mas já em 1986 começaram as primeiras cimeiras dos chefes de Estado francófonos para a concentração de políticas de interesse comum.

Seguindo o exemplo da França e com razões inicialmente de outro tipo - as resultantes da associação à Coroa Britânica dos países do Commonwealth, os países de língua inglesa também se constituíram em bloco cultural de grande relevância no mundo. E o mesmo se pode dizer dos países de língua espanhola, concentrados, sobretudo, na América do Sul.

Essa foi também, naturalmente, a tendência dos países que têm a língua portuguesa por sua, tanto nas situações de materna como de segunda língua, de comunicação internacional, implícita e inevitável na decisão tomada pelos países africanos que geram colônias portuguesas de optarem pelo português como língua oficial.

Tal decisão implicou, no domínio da língua, não só na alteração profunda das relações bilaterais luso-brasileiras, mas a abertura de um novo caminho, sendo possível já, uma década depois da independência de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe, datar o início oficial da lusofonia. Datação obviamente convencional, do mesmo tipo daquelas que balizam a cronologia dos fenômenos lingüísticos e culturais, de sua natureza complexos e avessos a fronteiras, mas socialmente conveniente para múltiplos usos.

Maior de 1986⁸ se pode tomar como a data inaugural da lusofonia, pois foi então que os sete países lusófonos se reuniram pela primeira vez, oficialmente, para deliberar em pé de igualdade, sobre a língua, a propósito de um acordo para a unidade ortográfica da língua comum. Foi na qualidade de condôminos da língua que os sete então se reuniram, e a partir daí passaram a deliberar, pondo termo a um passado que foi primeiro de profundidade exclusiva de Portugal, e depois de poder partilhado entre Portugal e o Brasil.

Para se chegar aqui, a caminhada seguida foi a preconizada por Fernando Pessoa, dele se diferindo apenas quanto ao entendimento a dar à identificação do Quinto Império e à localização da sua capital, quando e na medida em que, da leitura simbólica dos textos se passa para as suas concretizações literais.

Por isso continuamos a propor uma leitura dos textos pessoais relativos ao Quinto Império à luz da lusofonia, e a compreensão da lusofonia à luz dos textos proféticos de Pessoa. Segundo ele, distingue-se Portugal das outras nações por ter construído um universalismo imperialista, e não um imperialismo universalista, apesar de no seu passado não ter procedido sempre dessa maneira (L.125-A-96-97, p.230).

Em consequência, as ambições do universalismo português não são nem de imperialismo de domínio (como os da Prússia, Áustria ou mesmo Espanha), nem de imperialismo de expansão (como o inglês), mas de imperialismo cultural "que procura não dominar materialmente, mas influenciar; dominar pela absorção psíquica", a exemplo da França (S. 55-B-90, p.221-222). Programa este bem na linha do que já fizemos de melhor, os descobrimentos, dado que "Portugal surgiu definitivamente na civilização europeia pelas descobertas, e as descobertas são um ato cultural moderno; porém a nossa primeira descoberta foi descobrir a idéia da descoberta."(S. 55-I-19, p.223)

Outro não é o espírito da lusofonia, descontadas que sejam as vertentes imperialistas, pois ela reclama como objetivos tão somente os de viver e testemunhar uma forma mais humana de ser e de dialogar com as outras fônias e culturas, sem a pretensão de vir a dominá-las.

O entendimento da língua como pátria de nações, política e culturalmente independentes tem, no pensamento de Pessoa, uma base de apoio concreto e suscetível de generalização: a do entendimento das relações Portugal-Brasil a partir da idéia de que Portugal não é propriamente um país europeu, visto que mais rigorosamente se lhe poderá chamar um país atlântico - o país atlântico por excelência (...). Além disso, Portugal, neste caso, quer dizer o Brasil também. Como o império, neste esquema, é espiritual, não há mister que seja imposto ou construído por uma só nação: pode sê-lo por mais que uma, desde que, espiritualmente, sejam a mesma que o são se falarem a mesma língua.(L.125-A-43, p.233)

E não só composto por duas nações, Portugal e Brasil, mas por sete, diríamos, hoje, aplicando o critério lingüístico à África. Ora, esta é uma idéia-força também da lusofonia: formamos uma só pátria cultural se falarmos a mesma língua, porque ela é o verdadeiro cimento da unidade, pois como acrescenta o poeta "acima da idéia do Império

Português, subordinado ao espírito definido pela língua portuguesa, não há fórmula política nem idéia religiosa.”(L.123-43, p.240).

Mais ainda, é tão grande a interdependência entre unidade nacional e língua, que a ruptura das nações acarreta a ruptura da língua, não sendo demasiado daqui inferir também a vice-versa:

A base da pátria é o idioma, porque o idioma é o pensamento em ação, e o homem é um animal pensante, e a ação é a essência da vida.

O idioma por isso mesmo que é uma tradição verdadeiramente viva, a única verdadeiramente viva, concentra em si, indistinta e naturalmente, um conjunto de tradições, de maneiras de ser e de pensar, uma história e uma lembrança, um passado morto que só nele pode reviver. Não somos irmãos, embora possamos ser amigos dos que falam uma língua diferente, pois com isso mostramos que têm uma alma diferente. Estamos neste mundo divididos por natureza em sociedades secretas diversas, em que somos iniciados à nascença, e cada um tem, no idioma seu e no que está nele, o seu toque próprio, ou sua palavra de passe [...] A base das relações sociais é, portanto, o idioma [...] Desde que duas regiões de mesma língua se separem em estados diferentes, desde logo começa a se estabelecer uma diferenciação na estrutura da língua - sutil e impalpável umas vezes, acentuada em outras, mas a separação em duas pátrias tende sempre a ir tornar-se uma separação em dois idiomas. (S.55-H-3-4, p.120)

Está pois subjacente ao pensamento pessoano, que sendo as nações lusófonas independentes (ao seu tempo duas, hoje sete), há que reforçar quanto possa favorecer a unidade, pois se nada se promover para contrariar a tendência natural da diversidade pode chegar-se à separação cultural e lingüística, e mais cedo ou mais tarde, a língua comum deixará de o ser.

Há que fomentar pois uma política de aproximação, pois se o nosso imperialismo é um imperialismo cultural, ou, em outras palavras, se é um imperialismo cujo ponto de apoio é a Cultura, é evidente que, para a sua organização dinâmica se deve apoiar os elementos a que culturalmente pertence ou com que culturalmente se conjuga; sendo certo que não se deve esquecer que um imperialismo embora cultural é sempre um imperialismo, isto é, que, embora uma política cultural, é

sempre uma política (...) porque não há império sem unificação, sem, portanto, império cultural sem unificação cultural.(S.111-16, p.232)

Embora Pessoa apele para o apoio do Brasil, a diferença maior entre a sua concepção de pátria da língua e a moderna de lusofonia, está sobretudo em que, para o poeta é preponderante e condicionante o papel da cabeça do Império, Portugal. Para a lusofonia, a política cultural dessa pátria da língua não tem em centro imperante ou coordenador em Lisboa, mas resulta do entendimento e consenso comuns. O império da lusofonia não só não tem um imperador, como quer que a sua capital possa funcionar em qualquer das nações lusófonas, porque os direitos, deveres e decisões devem ser iguais. Para Pessoa, o Brasil ainda é "colônia espiritual" e as nações africanas lusófonas certamente não teriam estatuto superior.

Para obstar a que a diversidade centrífuga ponha em perigo a possível e necessária unidade, o autor da *Mensagem* sugere como medida para a construção do Império da cultura "o aparecimento de homens de génio literário, escrevendo nessa língua, e ilustrando-a; de génio universal e [...] dentro da humanidade; de génio de perfeição lingüística."(S.55-L-59/60, p.229) Sugestão esta que conserva toda a sua força apenas dos equívocos de Pessoa na avaliação da cultura e literatura portuguesas antes dele, pois subestima-as ao ponto de dizer da primeira que é "de carência absoluta", e da segunda que é "escassa e pequena, de modo que está quase tudo por fazer", ao menos que sobrevaloriza poetas menores como Catulo da Paixão Cearense. Aliás, esta atitude, aliada à de poder ser um "super Camões" é típica de alguns gênios literários. Não julgava também Machado de Assis no famoso ensaio "Instinto de Nacionalidade", que no tempo dele ainda não existia uma literatura e que, quando muito, ela dava então os seus primeiros passos?

Esta preocupação de valorizar e atualizar o patrimônio comum é uma das preocupações típicas da lusofonia, pois assenta na convicção de que a qualidade dos textos e a persistência dos espaços comuns na manutenção de uma sensata vigilância na deriva da língua, facilitará a unidade. Grande sensatez mostra Pessoa no seu entendimento dos regionalismos lingüísticos e na adaptação de palavras estrangeiras. Quanto aos primeiros, considera alguns não só inofensivos para o lugar

imperial, mas até necessários, o mesmo se passando com os termos de proveniência estrangeira, desde que sejam civilizados, "convertidos na substância da índole nacional".

Como acontecia na época, aos regionalismos que não tivessem essa virtude não devia ser reconhecido o direito à existência, o que se compreende dentro da sua lógica da comunicação e do apuramento da linguagem escrita. Quanto aos neologismos estrangeiros, recomenda a boa regra de se visar o termo português correspondente, quando existe, ou de fabricar uma palavra nova, admitindo porém que se esse termo estrangeiro corresponder a uma necessidade cultural e se integrar "na nossa unidade", possa ser adaptado.(L.123-A-44-47, p.241)

Neste contexto de preocupação e preservação da língua baseada na idéia de que o imperialismo dos gramáticos e dos poetas "dura mais e vai mais fundo que o dos generais"(S.125-A-13), não é difícil entender o porquê de sua defesa acérrima da ortografia etimológica contra a ortografia fonética. É que semelhantes teorias têm menos a ver com a ortografia e mais com as suas concepções esotéricas e iniciáticas transpostas para o entendimento da língua. O saber etimológico é aristocrático, é de poucos e possui o seu quê de mágico na medida em que se opera nele, pela sua fixidez e autoridade uma certa sacralização das origens, especialmente quando rodeadas de obscuridade ou apoiado em autoridades prestigiosas, contra o saber resultante da interpretação e uso comum, popular e inculto. Pessoa valoriza permanentemente a palavra escrita em detrimento da falada, entendendo que aquela se dignifica de ser complexa e não acessível a todos.

Dentre as citadas "condições imediatas do Império da cultura" a haver, três são necessárias para esse objetivo: uma expansão imperial, grande número de falantes, extensão geográfica considerável. Entende o poeta que a expressão se faz através da multiplicação dos laços culturais e do estabelecimento de uma política de alianças. Quanto a estas, e tendo em conta a realidade de seu tempo, preconiza o reforço dos laços com a Espanha, partindo do princípio de que os inimigos culturais de Portugal são os mesmos da Ibéria e vice-versa, embora com exceções. Sem complemento, uma aliança com a Inglaterra dar-nos-ia o indispensável apoio político na esfera externa.

Contudo, não deixa de ser curioso e algo profético que no texto pessoano esta proposta política seja seguida de várias interrogações cujo sentido não vem lá aclarado, mas parece radicar-se em divisas que provavelmente iam mais longe que a lembrança do Ultimato de 1890. O tempo viria a revelar que esse possível apoio não só não se revelou tão positivo como era esperado, na área cultural, mas, pelo contrário, a anglofonia tem-se traduzido na prática prejudicial tanto para a língua portuguesa nas suas norma e fala e no seu desenvolvimento geográfico, como para a língua espanhola e línguas latinas, em geral. É que no mundo do espiritual, as forças e instrumentos maiores de pressão não se originam diretamente das ações políticas, mas da capacidade de expansão e sedução das línguas e culturas, que se organizam também em impérios culturais, sobretudo quando servidas pelo que se designou de "indústrias da línguas".

Por outras palavras, era suposto para Fernando Pessoa que o nosso Quinto Império cultural não teria a defrontá-lo no mesmo espaço espiritual e cultural outros impérios culturais, pois que os existentes, à data, ou eram "de domínio" ou "de expansão" como lhes chamava. Não pretendiam a cultura as de domínio, tanto "unificados", como o "cesarista", com o "hegemônico".(S.55-B-90, p.221) Também não a pretendiam os impérios de "expansão" que "colonizam territórios desertos e raças incivilizáveis", como o inglês, e assim sendo Portugal podia seguir o exemplo da França que, apesar de tudo não tem a mesma vocação histórica de Portugal.

Como afirma num dos fragmentos até há pouco inéditos: "Nós e a França, essencialmente universalistas (é talvez um dos motivos íntimos da nossa atracção por esse país), não tentámos fazer [o imperialismo] - a França nem agora nem nunca."(L.125-A-96 e 97, p.230) Aliás, o espírito automatizante de Pessoa a quem não repugnava admitir como lógica e legítima a escravatura ao serviço da civilização (S.55-B-88, p.217) levou-o a outras afirmativas radicais como: "somos contra a França, porque a França veio, com o seu democratismo e o seu liberalismo plebeu, destruir os restos do paganismo que havia entre nós."(S.55-I-32, p.225)

O que escapou a Pessoa, na sua visão imperial, até porque na época não havia disso sinais, foi que os países se iriam organizar em fónias. Aliás os competidores do Quinto Império cultural português não

são os impérios de domínio e expansão, são os outros impérios, lingüístico-culturais chamados anglofonia, hispanofonia, francofonia. Pois não disse Albert Camus, pouco depois de Pessoa "Ma patrie, c'est la langue française"?⁹ E, para se ser mais exato e adequado à realidade, deverá a idéia pessoana do Quinto Império cultural ser reformulada segundo premissas que ele próprio criou, ainda que de maneira ambígua como é, em princípio, o pensamento utópico e simbólico: assim como afirmamos que não é o Quinto Império uma realidade superior à "pátria da língua", é a "pátria da língua" que está acima e tutela a existência de um império cultural de natureza nem imperialista nem aristocrática.

Outra "condição imediata", relativamente à língua, é que ela possua "número de gente falando-a inicialmente", em número considerável. Não deixa de ser digna de especial registro esta afirmativa do poeta que tanto prega a qualidade, exigindo a quantidade como matéria crítica indispensável. Para ele, diferentemente de muito presumida gente que despreza o fator quantitativo, o número e a demografia que o possibilita são essenciais para a existência e expansão de um povo e de uma cultura.

Pessoa afirma-o claramente, explicando num dos seus textos ingleses, o *The problem of languages*, que a primeira condição para uma ampla presença de uma língua no futuro, para além de ela ser dotada de flexibilidade, de ser fácil de aprender, é o simples fator físico do número dos seus falantes "The primary condition for a large hold on a future is, in a language, its natural widespreadness, and this depends on the mere physical fact of the number of the people who speak it naturally."(L.123-95, p.236)

E esta condição é preenchida pela nossa língua, pois a lusofonia faz parte do clube muito restrito das grandes fonias mundiais com mais de cem milhões de falantes, assim descrito por Antonio Houaiss:

A lusofonia - comparada com a anglofonia, a russofonia, a francofonia, a sinofonia, a hispanofonia, a arabofonia - é, como aquelas, vernáculo de mais de 100 milhões de indivíduos, que, como aquelas, detêm ecúmenos potenciais para mais muitos milhões de indivíduos e que, como aquelas, tem uma poderosa tradição escrita: entre si, essas fonias podem graduar-se em função desses fatores - população, território e literatura - fatores tão diferenciados entre si que é

nessas diferenças que se pode verificar a debilidade atual ou potencial de cada fonia.(...) Seria uma digressão desnecessária comparar as características das sete fonias acima citadas, em que a lusofonia está situada entre a quinta, inclusive, até a sétima posição, inclusive.¹⁰

Desta situação se tomou consciência em Portugal e na Europa sobretudo no início da década de 80, quando o responsável da União Latina Phillipe Rossilon fez publicar um estudo de demografia lingüística das línguas latinas onde as estatísticas apontaram para a lusofonia, no alvorecer do milênio que está a chegar, a previsão de 210 milhões de falantes, ultrapassando então o número dos francófonos em mais de 110 milhões.¹¹

Tão grande número de falantes aliado a problemas de desenvolvimento e extensão da consciência eletiva levantam naturalmente inúmeros problemas, pois as coligações internacionais e o crescimento populacional acelerado não vão de par com a criação de estruturas que consolidem a cultura e a língua e as suas instituições. Daí os alertas que, periodicamente, são lançados, por exemplo, em 1940 por Gilberto Freyre, em favor de "uma cultura ameaçada: a luso-brasileira", os de Celso Cunha desde 1967 no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa. Contemporaneamente, os recentes de Antônio Houaiss sofre a crise da lusofonia, defendendo "uma política lusofônica: de frente nacional interna, articulada com a frente internacional lusofônica".¹²

Igualmente relevante entre as outras "condições imediatas" é a exigência pessoal de que a língua possua "extensão de situação geográfica". O que se impõe desde logo à lusofonia, apesar de menos desenvolvida social e economicamente que outras fonias da Europa é o fato de a língua e os laços que a envolvem se repartirem geograficamente por todos os continentes. Tal como Pessoa desejava nas "condições imediatas" por ser exigência da sua base material imperial: "extensão de situação geográfica". É exatamente isso que ocorre com a língua portuguesa: grande extensão geográfica, não concentrada só num continente, mas repartida por todos.

Silvio Elia, em síntese original, que tanto evidencia a diversidade de variadas culturas e geografias, como a unidade estrutural do português, propõe um modelo de identificação e análise, análogo ao que foi sempre empregado para a palavra "România" no mundo neolatino,

apelidando a língua comum de “Lusitânia”, adjetivada em função da geografia e da história. Assim, classifica os cinco espaços como: Lusitânia antiga, Lusitânia nova, Lusitânia novíssima, Lusitânia perdida e Lusitânia dispersa.

A Lusitânia antiga corresponde ao território português continental e insular; a Lusitânia nova ao Brasil, a Perdida equivale às regiões da Ásia e Oceania onde a evolução, nomeadamente em Goa e Timor, nos parece garantir a sobrevivência e, finalmente, a Lusitânia dispersa corresponde às comunidades migrantes lusófonas em outras áreas lingüístico-culturais.¹³

Não é possível encontrar melhor comprovação do pensamento de Fernando Pessoa sobre a geografia lingüística do Quinto Império do que então, tanto pela designação escolhida de “Lusitânia” como pelo caráter de sua exigência interna de complementaridade. Mas esta idéia de expressão geográfica, expressa pelo poeta, é completada por uma outra de dimensão cultural interna, sua paralela, a “condição imediata” de que a riqueza da língua se fundamente em “elementos culturais diferentes” que ele apontava como sendo o latim e o árabe. Deste modo, chamava a atenção para uma dinâmica que faz da nossa língua uma língua universal.

Preferia Pessoa, especialmente, o árabe, influenciando o nosso fundo latino, mas não só o árabe, como explicam os historiadores da língua, desde Serafim da Silva Neto a Paul Tessler,¹⁴ também as línguas da Península, anteriores à romanização, tais como o ibero, o celta e outras aparentadas ao basco, somando-se depois o contributo dos empréstimos germânicos e de outras línguas, pois sofremos forte influência do castelhano, especialmente no período do bilingüismo que vigorou do século XV ao XVIII e, nesse século, do francês, para além de todas as influências carreadas pelas descobertas, tempo privilegiado de um outro tipo de comércio “importação-exportação” e do inglês dos nossos dias.

Mais ainda, essa rede cultural que acompanhou a geográfica, conhece nos nossos dias extensões especializadas pelos novos usos específicos da língua, principalmente quando ligados ao intercâmbio lusófono com as instituições internacionais: ONU, UNESCO, União Européia, OEA, etc. Como resultado, a língua do Quinto Império é hoje uma língua

plástica, rica, tão apta para exprimir e sintonizar as realidades elementares da vida quotidiana, coo a objetividade das técnicas, as sutilezas do pensamento abstrato, o rigor da ciência, a complexidade dos sentimentos, a beleza da arte, o transcendente da religião, o sentido prático do comércio e dos negócios.

Se Pessoa se antecipou a dar importância à língua como sistema cultural aglutinador, também antecipou outra faceta típica da lusofonia: a da sua dimensão humanística que a tornou especialmente apta para o diálogo e a mediação. Com efeito, apontou de modo objetivo alguns traços da maneira de ser do português que se repercutiram no modo da sua colonização: "De todos os povos da Europa somos nós aquele em que é menor o ódio a outras raças ou a outras nações. É sabido de todos, e de muitos censurado, o pouco que nos afastamos das raças de cor diferente"(S.125-A-10, p.237), a "nossa índole prepara para aquela fraternidade universal"(S. *ibidem*).

O mesmo diria, por outras palavras, Jaime Cortesão, referindo-se ao fundo cristão da nossa cultura que ele identificou sobretudo como de fraternidade franciscana na expansão dos descobrimentos: "o paralelismo da sua expansão com os sucessivos progressos das navegações dos portugueses e dos castelhanos, convencem-nos de que eles foram os principais criadores da mística dos Descobrimentos."¹⁵ E, no mesmo sentido, se pronunciou Gilberto Freyre ao estudar a colonização portuguesa no Brasil,¹⁶ tal como outros estrangeiros, nomeadamente Beckford, Keyserling, Unamuno, Shengor.

Deste modo, se compreende a convergência antropológica e cultural dos vários países que integram a lusofonia¹⁷ e que podem prestar, no conjunto das nações, um contributo original no entendimento da vida e das relações sociais, em especial. Embora a lusofonia seja já uma realidade, ainda que em começo de estruturação institucional, ela tem de ser entendida no contexto do Quinto Império, conjugando o sonho utópico com um projeto cultural partilhado pelas sete nações lusófonas.

Pouco importa, para tal, a fragilidade da lusofonia, quando comparada com as capacidades de outras fonias servidas por nações economicamente mais fortes. António Quadros escrevia a este propósito:

Para os nossos contemporâneos, neste tempo de esvaziamento de valores espirituais resultará estranha, desconcertante, bizarra ou louca a forma como estes homens, um Camões, um Frei Bernardo de Brito, um Vieira, um Pessoa e os mitogenistas portugueses do Quinto Império foram capazes de pensar e escrever, aparentemente contra a lógica e o plausível, a partir de um país autodiminuído, tão vilipendiado, com tantas fraquezas económicas, sociais e psicológicas, com tantos complexos de inferioridade como o é o Portugal moderno [e apelando depois para a meditação destas palavras de Pessoa] Podermos vir a ter um império não prova, é certo, que viremos a tê-lo; porém se o não pudermos ter é que com certeza o não teremos. Preparemos o caminho dos grandes génios portugueses ainda que, contra a voz profética, eles não venham nunca. Teremos perdido o jogo, porém ganho a experiência dele [...] Não se poderá dizer que nunca se realiza um alto propósito, se ele chega a ser um alto propósito. Já com sê-lo, em certo modo de se realizar.¹⁸

Inspirada nas utopias do Quinto Império Católico de Vieira, do Quinto Império cultural de Pessoa, do Quinto Império do Espírito Santo de Agostinho da Silva, a lusofonia cresce e desenvolve-se coma realização mais adequada de um império cujo poder pertence a quantos gerem a língua portuguesa.

NOTAS

- ¹ Faremos sempre as citações dos textos de Pessoa dentro do próprio ensaio, para melhor leitura, convencionalmente desde já que as duas primeiras antologias de anteriores inéditos utilizadas serão identificadas pela letra S (Joel Serrão e outros, *Sobre Portugal*, Lisboa, Ática, 1978) e pela letra L (Teresa Rita Lopes e outros, *Pessoa Inédito*, Lisboa, Horizonte, 1993) indicando-se a identificação do manuscrito e o número da página da antologia em que figuram.
- ² Fernando Pessoa, *Livro do desassossego*, recolha e transcrição de textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha, organização de Jacinto do Prado Coelho, Lisboa, Ática, 1982, p.17.
- ³ Augusto Ferreira Gomes, *O quinto Império*, Lisboa, 1934, p.XV.
- ⁴ Pe. Antônio Vieira, *História do Futuro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, p.271.
- ⁵ Essas opiniões foram manifestadas à *Revista Portuguesa*, em 1923.
- ⁶ Xavier Deniau, *La Francophonie*, Paris, PUF, 1983; *Soleils et francophonie*, revista trimestral, Paris, Pentagone, nº7, 1992.
- ⁷ Fernando Cristóvão, "Lusofonia, francofonia: aviso à navegação", *Expresso*, 1º de maio de 1986.
- ⁸ Tão espontâneo, consciente e partilhado era esse sentimento de que as reuniões para o acordo ortográfico iniciaram algo de novo, que recorde assim resumido os trabalhos para a TV Globo em entrevista para o noticiário nacional desse dia 13 de maio, na Academia Brasileira de Letras, do Rio: "nasceu a lusofonia".
- ⁹ *Apud* Xavier Deniau, *La francophonie*, p.5.
- ¹⁰ Antônio Houaiss, *O português no Brasil*, Rio de Janeiro, Unibrade, 1985, p.140-141.
- ¹¹ Phillipe Rossillon, *Un milliard de latins en l'année 2000*, Paris, Union Latine, 1983, pp.136 e 180.
- ¹² Antônio Houaiss, *Ibidem*, p.147.
- ¹³ Sílvio Elia, *A língua portuguesa no mundo*, São Paulo, Ática, 1989, p.16.
- ¹⁴ Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1952; Paul Tessier, *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1980.
- ¹⁵ Jaime Cortesão, *Os descobrimentos portugueses*, Lisboa, Arcadia, vol.I, s.d., p.78.
- ¹⁶ Fernando Cristóvão, "Gilberto Freyre e a cultura portuguesa", in: *Diálogos da casa e do sobrado*, Lisboa, Cosmos, 1994, p.51.
- ¹⁷ Fernando Cristóvão, "As literaturas de língua portuguesa em áreas tropicais", in: *Notícias e problemas da pátria da língua*, Lisboa, Icalpe, 1987, p.84.
- ¹⁸ Antônio Quadros, *Fernando Pessoa. vida, personalidade e génio*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, p.305.